

ATA DE REUNIÃO DE PLENÁRIO

- CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO -

DATA | 13/02/2017

HORA | 21.30 horas

LOCAL | Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte

Aos treze dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 21h30, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, realizou-se uma reunião de Plenário do Conselho Municipal do Associativismo em segunda convocatória, com a presença de 19 associações.

A mesa do Conselho foi composta pelo Vice-Presidente da CM Loures Paulo Piteira, que presidiu à sessão e pelo 1º secretário, Alfredo Santos, Diretor do DCDJ. O Vice-presidente deu nota da ausência continuada do 2º Secretário, e que não havia informação sobre a indisponibilidade daquele elemento para continuar a exercer o cargo, pelo que em próxima reunião plenária aquela situação teria de ser resolvida.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Deliberação de ata de reunião de plenário de 19-09-2016;
- 2) Informações;
- 3) Comissão Específica - A participação no movimento associativo - Oportunidades para o movimento associativo em Loures;
- 4) Outros assuntos;

- 1) O Presidente do CMA, Paulo Piteira, deu início à discussão e votação da ata da reunião do dia 19-09-2016.

A ata foi aprovada por unanimidade.

- 2) No que se refere ao ponto 2 da ordem de trabalhos foi apresentado pela Gesloures, através do seu Diretor Geral Dr. Rui Ferreira, os equipamentos, valências, atividades e capacidade das piscinas municipais, que a missão da Gesloures é promover a

acessibilidade e utilização daqueles equipamentos municipais, pela população e pela comunidade. Nesse contexto propuseram um desafio às coletividades para utilização das piscinas através de um projeto que decorrerá durante as Festas de Loures, desafio esse que se baseia na realização dos Jogos para o Movimento Associativo. A apresentação pormenorizada foi feita pela Diretora Técnica da Gesloures- Prof. Tânia Mira; feita a apresentação, o Presidente do CMA, Paulo Piteira, passou a palavra aos conselheiros:

- A **Sociedade Filarmónica União Pinharensis (Fernando Lopes)**: solicitou a possibilidade de criação de um horário específico para a utilização livre das piscinas.

- 3) Deu-se início ao ponto 3 da ordem de trabalhos. O Presidente do CMA, Paulo Piteira, deu nota das diversas reuniões efetuadas pelo Grupo de Trabalho (GT), havendo um ponto de situação sobre o andamento dos trabalhos, e que o porta-voz do GT seria o conselheiro Rui Pinheiro da Associação de Defesa do Ambiente de Loures, a quem foi dada a palavra.

- A **Associação de Defesa do Ambiente de Loures (Rui Pinheiro)**: informou que para lá da reflexão que o GT produziu, houve lugar a um elenco de propostas/ ideias para conduzir e concluir uma primeira parte do trabalho do GT. O documento distribuído comporta essa compilação, e que nesta fase a metodologia de trabalho adotada, foi a de produzir uma primeira inventariação de tudo aquilo que podia ser um conjunto de ideias a que se chamou, "Repertório para a Inovação e Boas Práticas Associativas". Aquilo que está presente decorre de uma reflexão, de um ponto de partida, que é o aproximar o Movimento Associativo das populações e estas ao Movimento Associativo, e dentro deste propósito constituir um acervo de ideias em que, cada associação possa, à sua medida e realidade, absorver e implementar algumas dessas ideias. Da reflexão resultam 4 ideias força, que consideraram serem elementos chave que melhor podem viabilizar essa aproximação entre cidadãos e Movimento Associativo:

- A Confiança;
- A Inovação;
- A Participação;
- A Transparência

Este primeiro trabalho procurou, sem nenhuma ordem específica, começar a acantonar dentro destas ideias chave, aquilo que foram os contributos de diversas associações, do CMA e também da reunião entre o GT e o conjunto de técnicos municipais que trabalham com o Movimento Associativo, procurando arrumar dentro destes 4 capítulos todos os contributos. Esta não é uma arrumação terminada, porque algumas

ideias necessitam de, ou ser mais explicadas, ou mais desenvolvidas ou mais sintetizadas conforme os casos, ainda assim procuraram fazer a distribuição pelos diferentes capítulos. Na metodologia adotada, hoje é um dos momentos cruciais, que com cerca de 20 ideias pudessem as associações acrescentar ou retirar ideias, para numa fase subsequente o GT pudesse organizar melhor este acervo, e num outro CMA o GT trouxesse uma proposta de documento final para aprovação, mas também pudesse trazer, porventura, outras propostas e recomendações, designadamente se devemos ou não avançar para um encontro do Movimento Associativo do Concelho de Loures. Lembrando que, originalmente, foi essa a questão colocada no CMA que originou a criação deste GT. Ideia essa que não está colocada de parte e que, pode vir a acontecer por iniciativa do GT ou por iniciativa de qualquer outra associação. Um outro aspeto a que o GT terá de se dedicar e a propor, é que na base desta ideia de trabalho está a autonomia do Movimento Associativo e da sua capacidade de realização, procurando compilar as ideias que o Movimento Associativo pode escolher, adotar e implementar. Ainda assim, vão surgindo algumas ideias que apontam para um sentido mais institucional e que no limite implica a intervenção da Assembleia da República, como por exemplo os aspetos ligados ao Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário. Sendo assim, não devem essas ideias ser desperdiçadas, justificará que o CMA faça algumas recomendações, adotando algumas decisões no sentido de dar sequência às mesmas que, ou remetem para uma intervenção das autarquias ou do Governo ou da Assembleia da República. Foi sublinhado que o princípio não é o investimento naquilo que são as queixas antigas do Movimento Associativo, relativamente às respostas do ponto de vista jurídico-legislativo, dos apoios que cabem a outras entidades. O princípio é que o Movimento Associativo por si próprio e autonomamente as possa implementar, e com isso aproximar as pessoas ao Movimento Associativo. O GT propôs que o documento fosse discutido com as ideias que já contêm, que fossem acrescentadas outras. Sem prejuízo que futuramente sejam criados grupos de associações das quais se reconheça não estarem representadas, e com reuniões sectoriais se supram essas lacunas.

Feito ponto de situação o Presidente do CMA, Paulo Piteira, passou a palavra aos conselheiros que se pronunciaram:

- **A Associação das Colectividades do Concelho de Loures (Fernando Vaz):** consolidando e complementando a apresentação do ponto de situação feito, deu a conhecer a constituição do GT: Associação de Defesa do Ambiente de Loures (Rui Pinheiro), Sociedade Filarmónica União Pinharense (Fernando Lopes), Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures (Ana Mata), AESS – Associação para o Desenvolvimento de uma Economia Solidária e Sustentável (Dulce Forte), AIDGLOBAL-Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (Susana Pereira) e a Associação das Coletividades do Concelho de Loures (Fernando Vaz). Reforçou que do trabalho final do GT sairão recomendações ao Movimento Associativo, e depois cada uma das coletividades fará aquilo que bem entender de acordo com essas recomendações.

Considerou haver aspetos que vindo a fazer parte do documento final, obriga o CMA a ser mais ativo, porque há questões que não são só do foro interno das associações, e como o já referido, concretamente no que diz respeito a legislação, onde, eventualmente, o CMA terá de tomar uma posição formal, como por exemplo o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, dos direitos para os Dirigentes Associativos Jovens, ou seja haverá um conjunto de questões que carecem de discussão, no sentido de as transportar para as entidades devidas e que, para isso o CMA terá de ser mais ativo.

- **A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures (Carlos Monserrate):** começou por referir que a anterior intervenção já havia respondido à dúvida que tinha, e sendo uma compilação e um repertório para a Inovação e Boas Práticas associativas, percebeu que era um conjunto de recomendações e não obrigações, não se procurando regulamentar mas sim indicar uma série de ideias baseadas nas 4 palavras-chave, e que dessas ideias terão que ser cada uma das associações a decidir as que podem aplicar dentro da sua organização, presumindo que todas as organizações procuram cumprir o que está no documento. Podendo existir concordância com os pontos incluídos, poderá, pontualmente haver discordância e até complementaridade com outras ideias. Sobre a atividade do CMA terá mais relação com o que já se encontra regulamentado, onde poderá intervir propondo alterações à regulamentação ou legislação, sendo o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário um desses casos. Existindo legislação, qualquer entidade com competências para isso pode analisá-lo e propor a quem produziu, as alterações que se entenderem por convenientes. Quanto ao Município de Loures e após leitura das atas existe um documento em estudo, nomeadamente o Estatuto de Utilidade Pública Municipal e algo chamado SIRMAL que não sabia o que era, mas como o Presidente do CMA informou após a conclusão do estudo nos serviços, seria apresentado no CMA para que este se pronuncie, assim como o Estatuto do dirigente Associativo Voluntário onde o CMA terá de ter uma voz mais ativa, convinha ter sempre os documentos anteriores para comparação com o que venha a ser proposto. Considerou, uma das ideias constantes no documento um erro, concretamente a limitação de mandatos a exemplo das autarquias ou das IPSS, como instrumento de rejuvenescimento e renovação associativa, referindo que a limitação só aparentemente será uma coisa boa, considerando que essa limitação de mandatos no associativismo só para quem desconhece a realidade no terreno, porque muitas vezes os mandatos prolongam-se por muito tempo, porque não há ninguém que substitua os dirigentes em funções, e não será a limitação de mandatos que fará surgirem pessoas que queiram ocupar os cargos; dando o exemplo dos Bombeiros de Loures, o quartel foi construído num projeto a longo prazo, porque o presidente de então- Martinho Pais- se manteve no cargo 5 mandatos (10 anos). E às vezes a limitação de mandatos só funciona no papel, porque na prática os elementos vão trocando de lugar entre si, contornando dessa forma a legislação, considerando que legislar a limitação de mandatos é desprezar na totalidade os votos dos associados, ou seja afirmando que os associados são incapazes

de mudarem ou escolherem as suas Direções se houver duas listas, coisa que nunca há, e já para criar uma é difícil porque não há quem queira assumir esses cargos. É isto que acontece a maior parte das vezes no Movimento Associativo, e isto é para dizer que as ideias são boas, o trabalho é muito bom, cabendo a cada um em cada associação colocar ou não em prática, é mais para regular. Se for para impor, é contra.

- **A Associação de Defesa do Ambiente de Loures (Rui Pinheiro):** para tornar mais claro, caso ainda não estivesse suficientemente esclarecido, não existiu nenhuma ideia regulamentadora, nem sequer houve qualquer apreciação crítica por parte do GT sobre cada uma das ideias. Foram dadas, registadas e colocadas no documento. Existirão ideias com que todos concordarão, outras com que não concordarão de todo. Sobre a limitação de mandatos é em sentido genérico, sem referir um prazo temporal. Esta ideia decorre das situações em que os dirigentes se eternizam nos cargos, e onde uns afirmam que não assumem porque estão lá sempre os mesmos, e outros não saem porque não aparece ninguém, e isto foi referido em várias circunstâncias. Mas todas as ideias são recomendações, e em cada associação são adotadas aquelas que se considerem praticáveis, não há nenhum sentido regulamentador, e a perspetiva do GT é de mesmo com o documento final a apresentar ao CMA, ainda assim seja um documento em constante debate e discussão, porque, mais uma vez, não passam de recomendações que cada um em cada sítio, nas circunstâncias próprias, adotará ou não.

- **A Sociedade Filarmónica União Pinharensense (Fernando Lopes):** tomou a palavra para reforçar o que o conselheiro Rui Pinheiro afirmou, e voltar um pouco atrás do porquê de isto surgir. Já foi falado, mas por existirem pessoas que não estiveram presentes em anteriores plenários, talvez merecesse referir porque surgiu este conjunto de intenções, em certa parte entender o que o conselheiro Carlos Monserrate afirmou, dando o seu próprio exemplo de estar há 18 anos na SFUP, e que caso existisse a limitação de mandatos, provavelmente hoje estaria fechada, crendo que hoje em dia isso já não aconteça. Mas recuando no tempo, em março de 2016- no "Março Jovem"- foi proposto realizar um debate através das juventudes presentes no Conselho Municipal da Juventude (CMJ) em conjunto com o CMA. O debate foi realizado na SFUP, em que o tema principal foi "A Juventude no Associativismo". Considerou-se ser necessário abordar o tema, no sentido de reforçar a presença de jovens nas Direções, o debate teve um resultado positivo, surgindo mais tarde a proposta de se debater o papel das mulheres nas Direções. Concluindo-se que de forma geral a paridade nas Direções está bastante composta, e que talvez não fosse por aí. E daí surgiu a ideia, até porque não se queria falar do passado- "*o associativismo funciona mal porque fez isto, ou fez aquilo. Ao fim ao cabo estávamos a «chover no molhado»*" - de falar em termos de futuro, falar no que se pode fazer, ou o que se pode mudar. E é daí que surgem um conjunto de ideias, que cada um foi dando, e que cada um aplica ou não. O documento não é nenhuma norma, são ideias que algumas associações já praticam, mas acima de tudo pudesse ser quase como um guia do que se pode fazer. Pena é o número de associações

presentes para discutir este documento, porque merecia a existência de um grande debate. Considerou haver algumas ideias de difícil implementação- embora subscrevendo e estando de acordo com ele- nomeadamente a limitação de mandatos, podendo haver o risco de as associações considerarem ser uma ingerência, não sendo esse o objetivo, não se quer impor nada, simplesmente apontam um conjunto de ideias que podem ajudar. Também, há que pensar na forma como é que implementam as ideias e como se divulga junto do Movimento Associativo de forma a que seja entendido como credível e de auxílio. A CM Loures tem um papel muito importante em alguns dos itens apresentados como por exemplo na sensibilização dos jovens e das mulheres para o associativismo, mais que não seja na chamada de atenção, ou como nos pontos da sensibilização dos professores para a promoção de debates nas escolas sobre voluntariado e associativismo, que hoje é algo que está vedado ao Movimento Associativo; a intermediação das autarquias na ligação das coletividades às escolas, onde é de difícil acesso. As associações que se dirijam às escolas para apresentar um projeto é de difícil aceitação, e aqui a CM Loures tem um papel muito importante; a geminação com associações congéneres para o apoio mútuo, para troca de experiências e promoção de atividades conjuntas, é algo que se considera fundamental nas associações. E depois um outro conjunto de intenções que se consideram, também, muito importantes, a maior parte das associações tem praticantes das suas atividades que não são sócios e isso seria uma forma de cativar possíveis elementos para os órgãos sociais. Há ainda situações em que grande parte das associações não regista em ata as reuniões de Direção, para já não falar naquelas que nem fazem reuniões de Direção ou aquelas que todos se admiram de como se candidatam ao RMAA porque não têm Direção, ou se têm Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal é sempre a mesma pessoa que lá está há imensos anos e que gere tudo, mas junto da Autarquia apresentam Relatório e Contas, Ata da Assembleia Geral, etc., evidentemente não compete à Autarquia fiscalizar estas situações, mas sobretudo para sensibilizar que existem um conjunto de ideias que podem seguir e que há alguém atento e a reparar nesta situações. Por último, considerou que é fundamental para que este conjunto de ideias chegue às associações, que o SIRMAL, estivesse a funcionar porque aí sim era uma preciosa ajuda para as associações, para referirem que existe um conjunto de ideias que foi discutido no seio do Movimento Associativo e que as aproveitassem.

- **A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures (Carlos Monserrate):** voltou a referir que, quando afirmou que o documento estava muito bem feito, fê-lo por se rever na quase totalidade das propostas apresentadas, até porque a AHBV Loures coloca em prática quase tudo o que foi apresentado, excetuando a limitação de

mandatos, porque a realidade não tem sido essa, existindo é a dificuldade para angariar pessoas para os órgãos sociais.

- **A Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros (Henriqueta Sabino):** referiu estar de acordo com muitas das recomendações apresentadas, mas noutras... Que a AMSAC tem 47 anos de existência e sempre fizeram atas, sempre apresentaram contas mesmo antes de serem IPSS, sempre fizeram reuniões regulares com todos os órgãos sociais, e tudo registado. Os estatutos já previam a limitação de mandatos, os estatutos de qualquer associação desde 1970 já o tinham. Tinham era uma prerrogativa que em Assembleia Geral as direções poderiam ter mais um mandato. Pelo que faz confusão que existam associações que não façam Assembleias Gerais e que não apresentem Relatórios e Contas. Considerando que se deve obrigar as associações a cumprirem, porque é um princípio de transparência para com os sócios que os elegeram e pagam quotas. Quanto ao facto dos praticantes serem ou não sócios, depende muito das características do sítio onde se está, sendo preferível cativar essas pessoas a serem sócios, do que obrigar.

- **Associação de Defesa do Ambiente de Loures (Rui Pinheiro):** entende-se que os bombeiros são para todos os efeitos, um “clube à parte” fruto das suas características e obrigações legais, contudo existe uma dimensão associativa que vai para além da atividade operacional, que tem de ser tida em conta. Existe a convicção que há algumas ideias que sozinhas não funcionam, precisam de ser conjugadas com outras, quando se olha a problemática da substituição de dirigentes- e que muitas vezes é verdade que não há quem vá substituir os que lá estão- o problema para além de reconhecê-lo é, o que é que se consegue fazer de diferente? Vale a pena ter presente que a ideia central que preside ao documento é a de aproximar as associações às pessoas, e estas às associações. Procurar sair do ciclo vicioso em que continuamente os dirigentes associativos se queixam que as coisas não mudam, significa, se calhar, que os dirigentes têm de fazer algo mais. Se calhar têm de pensar “fora da caixa” de maneira a que possa vir mais gente, sendo a questão crucial identificada pelo GT a de, passar do diagnóstico para um passo em direção às medidas concretas que estão ao alcance dos dirigentes, por forma a inverter o atual rumo, ou pelo menos sair dele. Com o sentido que os dirigentes vão-se queixando ciclicamente, mas não conseguem romper com o ciclo da queixa.

- **A Associação das Coletividades do Concelho de Loures (Fernando Vaz):** fez notar que, tem conhecimento de 2 coletividades do Concelho de Loures que, uma não faz atas das reuniões de Direção, outra não presta contas aos sócios há vários anos. Quando o GT colocou no papel este conjunto de ideias, foi para ajudar a construir o debate, apelando que as pessoas não se encerrassem naquelas ideias, por não estar tudo vertido no documento, havendo, com certeza, outras ideias que desconhecem ou que nem estiveram no horizonte do GT. Apelando a que não se circunscrevesse à opinião que está

tudo bem ou que está tudo mal, mas que se acrescentassem ideias ao documento. As pistas que nortearam o GT foi:

- Será que dirigir uma coletividade hoje, pode sê-lo como se faz há 30 ou 40 anos?
- Será que os jovens, regra geral, não entram nas coletividades porque têm outros atrativos, ou são os dirigentes mais velhos que lhes barram o caminho?
- Será que as coletividades estão ligadas, como podiam e deviam, às comunidades que as rodeiam?
- Será que envolvem as pessoas nos instrumentos de gestão?

São tudo um conjunto de questões que merecem atenção, merecem debate, inovação se se pretende rejuvenescimento, se se quer uma nova forma de dirigismo, que parece ser precisa.

- **A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures (Carlos Monserrate):** referiu que, todos os dirigentes se revêm nestas ideias, portanto o que foi apresentado é bom. Havendo a consciência de que no meio de todas as coletividades que existem no Concelho haverão sempre algumas com mais dificuldades, devido à sua dimensão ou objeto, mas todos os dirigentes tentam prosseguir os princípios que se encontram no documento, mas na prática, não é pelo facto de se terem ideias e as transporem para o papel que os problemas se resolvem, o difícil é coloca-las em prática.

- **O Presidente do CMA (Paulo Piteira):** aproveitou para emitir opinião sobre o assunto, referindo que já havia dito que a CM Loures não tem, obviamente, pretensão de liderar este processo porque não faria sentido, mas a autarquia não se demite ou deixará de ter opinião sobre esta matéria. A autarquia tem como preocupação fundamental respeitar a autonomia do Movimento Associativo, e desse ponto de vista há um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste Conselho através do GT, que é um contributo para melhorar o estado de coisas, desse ponto de vista a Autarquia está disponível para toda a colaboração que o GT entenda necessária. Tecendo algumas opiniões consideradas importantes, primeiro destacou que existe uma boa base de trabalho e de reflexão, depois julga-se importante associar algumas recomendações e exigências, por haverem vários níveis de responsabilidade e vários assuntos que é necessário abordar a diferentes níveis de responsabilidade. Há problemáticas que são do foro interno de cada associação, e outras que são recomendações aos poderes, ou seja existem assuntos que têm de ser recomendadas à Câmara Municipal, outras a instituições da Administração Central ou ainda exigir eventualmente outras. Parecendo que estão algo misturadas, sugerindo-se uma sistematização numa perspetiva de haver diferentes destinatários, crendo-se que facilitaria do ponto de vista do trabalho e da comunicação aquilo que se pretende alcançar. No trabalho que é preciso desenvolver, há que passar da fase de

diagnóstico à fase da terapêutica, e como se alcança é que é o verdadeiro desafio, não só ao GT mas a todas associações, que não pode ficar confinado às associações que integram o GT. Quanto às questões da transparência há que fazer algum progresso relativamente às questões colocadas, nomeadamente à prestação interna de contas e do cumprimento das obrigações, e para isso internamente, têm de ser os associados a exigir que isso aconteça; e na perspetiva da CM Loures fizemos um esforço de obrigar a que isto esteja mais presente. O RMAA prevê que uma das premissas para apresentação de candidaturas é, exatamente, a apresentação do Plano de Atividades e o Relatório e Contas, é um passo no sentido do que é proposto. Em jeito de esclarecimento informou que, o SIRMAL/ GAMAL já tem um nome oficial de batismo que será, “Espaço A”, “A” de apoio, “A” de associativismo, e a intenção é que possa abrir no 1º semestre de 2017.

- A **Sociedade Filarmónica União Pinheirense (Fernando Lopes)**: lembrou que este conjunto de ideias não foi apresentado porque os dirigentes que fazem parte do GT se lembraram, foi também fruto da reunião entre o GT e os técnicos municipais, onde puderam recensear um conjunto de situações. Por outro lado, e o Sr. Presidente já o referiu, não compete à CM Loures fiscalizar e com o GT também se passa o mesmo. Sobre a limitação de mandatos e o rejuvenescimento das associações é algo que nos deve preocupar, e como o Conselheiro Fernando Vaz referiu por vezes existem barreiras colocadas aos jovens, mas por vezes são os jovens que as colocam a si próprios, por não terem a iniciativa de fazer algo, aguardando pela anuência dos “mais velhos”.

- A **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bucelas (José Falcão)**: começou por felicitar quem elaborou o documento, por ser evidente que as ideias que contém, para os dirigentes que estão há muitos anos no associativismo, são para adotar. Relativamente ao rejuvenescimento de Direções, há que ir mais atrás e falar no rejuvenescimento de associados, parecendo que o grande problema começa na dificuldade de angariação de novos sócios. Sobre a transparência indicou um caso de uma coletividade Bucelas que, durante algum tempo foi gerida apenas pelo Presidente e um Vogal, e dessa altura não existem Planos de Atividades e Relatórios e Contas, concordando que não compete à CM Loures ser um órgão fiscalizador, no entanto julgou ser importante e fundamental que as coletividades só recebam subsídios se comprovarem que realizam Assembleias Gerais e prestam contas aos sócios. Sobre a questão da limitação de mandatos referiu ser contra que um presidente esteja à frente de uma coletividade por muitos mandatos. A limitação de mandatos ajuda a renovação e rejuvenescimento de dirigentes associativos, dando o exemplo da sua associação que incluiu nos estatutos a limitação de mandatos ao Presidente da Direção. Concluiu dizendo que, do universo de cerca de 150 coletividades do Concelho de Loures, estavam presentes 20, que o CMA em vez de se reunir sempre no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte fosse realizado noutros locais descentralizadamente para que a adesão fosse maior.

- O **Clube União Recreativo de São Julião do Tojal (Ana Miranda)**: iniciou a sua intervenção dizendo que a sua associação completaria daí a 30 minutos, 83 anos de vida. Atualmente os órgãos sociais são compostos por, 7 jovens com menos de 30 anos, 2 com menos de 40 anos, 4 entre os 50 e os 60 anos e 2 com 79 anos, abrangendo um grande leque de idades. Reconhecendo que não é fácil angariar jovens para os órgãos sociais, mas passa por se criarem condições para que os jovens se sintam atraídos pelas associações e por se incutir nos mais jovens os hábitos de participação ativa na sociedade e na comunidade. Sobre o documento apresentado, referiu que concordam com todas as ideias nele incluído.

- A **Associação de Defesa do Ambiente de Loures (Rui Pinheiro)**: partilhou dois pontos, um que foram feitas abordagens a algumas ideias apresentadas, mas não para o surgimento de outros contributos, que pudessem enriquecer o acervo de ideias. Outro, para reflexão de todos, no verão passado realizou-se a Festa do Associativismo, encheu-se o pavilhão de stands das associações que quiseram estar presentes, relatando a sua experiência: “Entrando no pavilhão a uma hora normalíssima, percorrendo todo o espaço expositivo, e que apesar da sua aproximação aos stands, não houve por parte de quem estava nesses stands uma tentativa de elucidar qual o trabalho desenvolvido e que atividades têm para oferecer à população. Ou seja, as associações empenharam esforços para estarem presentes, mas não fizeram um esforço para retirarem dali dividendos.”. Terminou para em nome do GT afirmar que, apesar de não existirem novas ideias, houve alguns contributos e com isso o GT reunir-se-á de novo para trabalhar, estruturar não só o documento atual, mas também outras ideias que possam vir a ser propostas, e em tempo oportuno solicitar ao Sr. Presidente do CMA a inclusão numa ordem de trabalho para nova discussão num futuro CMA.

Não havendo mais intervenções e, considerando-se válida a metodologia de trabalho proposta, deu-se por findo o ponto 3.

- 4) Foram trocadas informações sobre a atividade promovida pela CM Loures e de cada uma das coletividades/associações que estão em atividade, destacando-se:


- O **Presidente do CMA (Paulo Piteira)**: dando conta que o período de candidaturas ao RMAA terminou, e que relativamente ao ano anterior houve um acréscimo de 25 candidaturas apresentadas. Que decorrerá no mês de março, uma iniciativa vocacionada para a juventude “Março Jovem” e que solicitava a colaboração do Movimento Associativa na divulgação e promoção das várias iniciativas que fizeram parte da programação.

- A **Sociedade Filarmónica União Pinharensense (Fernando Lopes)**: solicitou a eventual inclusão numa futura ordem de trabalho, e que tem que ver com a coordenação da SFUP da comissão específica para o movimento filarmónico, que em virtude da intensa

atividade da coletividade, retira tempo e espaço à coordenação daquela comissão, pelo que solicita a substituição da coordenação da SFUP por outra coletividade.

Sem mais assuntos, deu-se por encerrada a reunião de plenário.

Presidente da Mesa do Plenário



(Paulo Piteira)

1.º Secretário:



(Alfredo Santos)

Loures, 13 de fevereiro de 2017

